

**Cipriano Luckesi • Elói Barreto
José Cosma • Naidison Baptista**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Fazer universidade : uma proposta metodológica
Cipriano Carlos Luckesi. [et. al.] – 12. ed. – São Paulo :
Cortez, 2001.

Bibliografia
ISBN 85-249-0160-8

1. Ciências – Metodologia. 2. Conhecimento. 3. Trabalhos
científicos – Metodologia. 4. Universidades e escolas superiores
I. Luckesi Cipriano Carlos.

CDD-501.8
-121
-378.155

84-0217

Índices para catálogo sistemático:

1. Conhecimento : Teoria : Filosofia 121
2. Trabalho científico : Metodologia 501.8
3. Universidades : Ensino superior 378.155

Fazer Universidade: Uma proposta metodológica

12ª edição

 **CORTEZ
EDITORIA**

Capítulo II

Universidade – criação e produção de conhecimento

Em nossa cultura, o processo de conhecer, específico do ser humano, está profundamente vinculado à escola, componente básico do sistema educacional, em nosso país. O nosso sistema educacional, por sua vez, no que se refere à escola, compreende os graus: primeiro inicial; segundo médio, profissionalizante ou técnico; terceiro superior, com a função ambígua de profissionalização.¹

Diante do sistema educacional, como um todo, e da universidade, nível superior, proporemos a nossa reflexão na busca de entender a universidade que temos e de clarear a nossa tentativa de construir a universidade que pretendemos, ou seja, não uma mera consumidora e repetidora de informações importadas para “profissionalizar”, mas

1. A Lei 5.540-68 da reforma universitária diz, com referência ao ensino superior:

Art. 1.º — O ensino superior tem por objetivo a *pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais* de nível universitário.

Art. 2.º — O ensino superior *indissociável da pesquisa* será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado. (os grifos são nossos)

O que percebemos, na quase totalidade do ensino superior brasileiro, é a paulatina inversão de valores: o terceiro objetivo se transformou, na prática, em preocupação primordial; o principal e primeiro objetivo da Lei, reforçado no Art. 2.º, está desaparecendo das preocupações reais dos nossos ambientes universitários. O que se constata é um ensino sempre mais mercantilizado, de nível cada dia mais baixo, mesmo nas grandes universidades públicas.

sim um recanto privilegiado onde se cultive a reflexão crítica sobre a realidade e se criem conhecimentos com bases científicas.

Daremos, de início, um rápido mergulho na história da universidade, a fim de buscarmos os sinais e os esforços de construção de uma universidade onde inteligências se unem para conhecer, criar e produzir conhecimento.

Ao final desse texto, diremos como sonhamos uma universidade, hoje, para o Brasil. As origens do nosso sonho, de nossas utopias, estão no esforço dos homens, das culturas, através da história, para conquistar um espaço em que possa o homem se constituir plenamente homem.

1. A universidade através da história

1.1. Algumas lições da história geral da universidade

Na Antigüidade Clássica, o Ocidente, principalmente na Grécia e em Roma, já dispunha de escolas tidas como de alto nível, para formar especialistas de classificação refinada em medicina, filosofia, retórica, direito. Discípulos se reuniam em torno de um mestre, cuja considerável bagagem de conhecimentos era zelosamente transmitida. Aos discípulos cabia aprender do mestre, espelho e modelo de aperfeiçoamento. Cada mestre conduzia a sua escola, fazia escola. Tinha-se, pois, nesses tempos, uma comunidade de discípulos gravitando em torno de um mestre, de um cabeça de escola.

As tumultuosas invasões bárbaras, entre os Séculos V e X, interromperam esse processo de ensino “superior”.²

É, no entanto, entre o final da Idade Média e a Reforma (entre os Séculos XI e XV) que propriamente nasce a universidade, identificando-se logo “com sua sociedade e sua cultura, tornando-se efetivamente o órgão de elaboração do pensamento medieval”.³ A Igreja Católica desse tempo é a responsável pela unificação do ensino

2. Cf. Casemiro dos R. FILHO. Reforma universitária e ciclo Básico, Em: Wálter E. GARCIA (org.). *Educação Brasileira Contemporânea: Organização e funcionamento*; p. 196.

3. Newton SUCUPIRA. *A condição atual da Universidade e a reforma universitária brasileira*. MEC 1972. p. 7.

superior em um só órgão, a “universidade”. Isto ocorre como resultante de todo um esforço da Igreja no sentido de fundamentar a sua ação política e religiosa, enquanto preparava seus quadros, o clero especificamente.

Observamos nessa época, por um lado, o forte clima religioso, determinado pela Igreja Católica, que, naquelas circunstâncias, gerava o dogmatismo, a imposição de verdades, tão a gosto dos ambientes autoritários ainda em nossos dias; as universidades não ficaram ilesas do ambiente dogmático. Por outro lado, é nesses tempos que nasce e se cultiva, nas escolas universitárias, o hábito das discussões abertas, dos debates públicos, das disputas como elementos integrantes do currículo e especificidade de certas disciplinas. É claro que tais debates sempre aconteciam sob a vigilância do professor que, além de moderador, garantia a ortodoxia das idéias e eventuais conclusões.

Manter a unidade do conhecimento básico para todas as especialidades e proporcionar aos futuros especialistas uma formação inicial unitária e geral é um esforço característico desse tempo. É claro que não podemos falar ainda de conhecimento científico, ao menos como é entendido hoje. Grande parte do trabalho intelectual desenvolvido nesses tempos gravita em torno das verdades da fé, religião e, para tanto, os estudos filosóficos — a Filosofia — são bastante cultivados. Aristóteles, Platão e outros filósofos gregos são muito explorados pela escolástica, cuja influência no pensamento ocidental é ainda hoje sentida. Não obstante, muitas das qualidades hoje requeridas para o trabalho científico, como por exemplo, rigor, seriedade, lógica do pensamento, busca da prova etc. iniciam a sistematizar-se por esses tempos. Outrossim, grandes pensadores surgem, organizam suas doutrinas, criam suas “escolas” de pensamento, formadas por crescentes grupos de estudiosos, que aderem a tais sistematizações e as defendem com ênfase. Não nos esqueçamos, entretanto, de que a Igreja Católica mantinha severa vigilância sobre qualquer produção intelectual da época, talvez como exigência do próprio contexto social de então.

Os movimentos da Renascença e da Reforma e Contra-Reforma (Século XVI) inauguram a Idade Moderna. É marcante nesse momento uma crescente rebelião burguesa⁴ contra a ordem medieval.

4. Convém notar que o sentido que se dá hoje ao termo burguesia, principalmente após a análise marxista, é diferente do que se entendia na Europa medieval.

cujo resultado é, de um lado, o rápido desenvolvimento de uma mentalidade individualista e, de outro, o desenvolvimento da ciência moderna. Notamos, nesses tempos, uma considerável diversificação do conhecimento humano e uma fragmentação dos órgãos de transmissão do saber. O conceito de universidade torna-se, então, inconsistente com a realidade. Podemos dizer mesmo que a universidade existente não acompanha o espírito difundido pela Renascença e pela Reforma. Há sobre os seus quadros certa imposição de uma atitude defensiva, de guarda das verdades já constituídas, definidas e definitivas, estáticas e restritivas, no sentido de não acrescentar aos valores do passado as numerosas descobertas que se faziam. Nessa fase a universidade se caracteriza pelas repetições dogmáticas, ditadas, como verdades incontestáveis, de cátedras. Os dogmas eram impostos — ensinados — através de teses autoritariamente demonstrativas. Tais teses, se contestadas, geravam a ira das autoridades e das instituições guardiãs da ortodoxia, o que implicava sempre em penas que variavam de acordo com a gravidade da contestação, como a fogueira, prisão, afastamento das funções, perda da cátedra, excomunhão, index etc. . . . Aqui e acolá, ainda hoje, sofremos resquícios dessa época: o ensino autoritário, onde o professor assume a postura de quem detém o critério de verdade e o aluno simplesmente repete o professor e os livros de texto ou manuais; a arraigada dificuldade para o livre debate das idéias etc.

No Século XVIII surge, com os enciclopedistas, o movimento iluminista que questiona o tipo de saber estribado nas “summas medievais”. Será, porém, o Século XIX, com a nascente industrialização, o responsável pelo “golpe” à universidade medieval e pela entronização da universidade napoleônica — na França — caracterizada pela progressiva perda do sentido unitário da alta cultura e a crescente aquisição do caráter profissional, profissionalizante, na linha do espírito positivista, pragmático e utilitarista do Iluminismo. A universidade napoleônica, além de surgir em função de necessidades profissionais, estrutura-se fragmentada em escolas superiores, cada uma das quais isolada em seus objetivos práticos.

Notamos, entretanto, que, ao lado da universidade napoleônica, surge também, em consequência das transformações impostas pela industrialização, uma outra mentalidade endereçada para a pesquisa científica. Há como que um despertar da letargia intelectual vigente

e a universidade, então, tenta retomar a liderança do pensamento, para tornar-se centro de pesquisa. O marco dessa transformação ocorre em 1810, quando da criação da Universidade de Berlim (Alemanha), por Humboldt. A universidade moderna, enquanto centro de pesquisa, é, portanto, uma criação alemã, preocupando-se em preparar o homem para descobrir, formular e ensinar a ciência, levando em conta as transformações da época.⁵ Maria de Lourdes Fávero ao analisar essa mentalidade nos lembra K. Jaspers (nosso contemporâneo, falecido em 1969) que diz:

“ensinar... é participar do processo de pesquisa. Só o homem voltado para a pesquisa pode realmente ensinar; do contrário, ele reduz seu trabalho a transmitir um pensamento inerte, mesmo sendo pedagogicamente ordenado, no lugar de comunicar a vida do pensamento”.⁶

Em 1851, o Cardeal Newman, fundador da Universidade de Dublin, Irlanda, sonha com uma Universidade que seja lugar do ensino do saber universal. Percebemos, assim, no pensamento de Newman, a aspiração por uma universidade que seja centro de criação e difusão do saber, da cultura. Até nossos dias aspiramos a tais qualidades para nossa universidade.

Observamos que nesse esforço de construção da universidade européia há, concomitantemente, uma busca pela livre autonomia universitária, como condição indispensável para questionar, investigar, propor soluções de problemas levantados pela atividade humana. À sociedade como um todo cabia suscitar e manter um clima de liberdade, como garantia de uma ação racional de crítica, de autonomia cultural da nação, condições necessárias a um povo que buscava sua identidade e autodeterminação social e política.

1.2. A universidade no Brasil

Até 1808 (chegada da família real ao Brasil), os luso-brasileiros faziam seus estudos superiores na Europa, principalmente em Coimbra — Portugal. Há notícias de 2.500 brasileiros diplomados até

5. Cf. Anísio TEIXEIRA. Uma perspectiva de educação superior no Brasil, *Revista de Estudos Pedagógicos*, 111. 1968. p. 22-4.

6. Maria de Lourdes FÁVERO. Reflexões sobre universidade na sociedade atual, *Revista de Cultura Vozes*, 6. 1975. p. 20.

1808, em sua maioria religiosos. Portugal não permitia, apesar dos esforços dos jesuítas, a criação de uma universidade no Brasil. Já nos demais países da América Latina, de colonização espanhola, o comportamento foi outro.⁷

Com a vinda de D. João VI para a Colônia, é instituído aqui o chamado ensino superior. Nascem as aulas régias, os cursos, as academias, em resposta às necessidades militares da Colônia, conseqüência da instalação da Corte no Rio de Janeiro.

A Faculdade de Medicina da Bahia (1808) é resultante da evolução de cursos — durante a época colonial — de anatomia, cirurgia e medicina; as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife (1854) resultam dos cursos jurídicos.⁸ Em 1874, separam-se os cursos civis dos militares, com a constituição da Escola Militar e Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Logo depois, em Ouro Preto — Minas Gerais — é inaugurada a Escola de Engenharia. Por volta de 1900 estava consolidado, no Brasil, o ensino superior em forma de Faculdade ou Escola Superior.⁹

A partir de 1930 inicia-se o esforço de arrumação e transformação do ensino superior no Brasil. O ajuntamento de três ou mais faculdades podia legalmente chamar-se de universidade. É nesses termos que se fundam as Universidades de Minas Gerais — reorganizada em 1933 — e a Universidade de São Paulo, que em 1934 já expressa uma preocupação de superar o simples agrupamento de faculdades.

Em 1935, o “profeta” Anísio Teixeira pensa uma universidade brasileira como centro de debates livres de idéias. Seria, provavelmente, a primeira universidade realmente universidade. Mas, com a chegada da ditadura, com a implantação do Estado Novo em 1937, caiu por terra o sonho do extraordinário Anísio Teixeira. É que as

7. Em Lima, Peru, 1551; México, 1553; Cordoba, Argentina, 1613; S. Domingo, 1538; Bogotá, 1622; Cuzco, Peru, 1692; Havana, 1728; Santiago, Chile, 1783.

8. Já em 1827 se fala dos Cursos Jurídicos em São Paulo — São Francisco e em Olinda — São Bento. Cf. Maria de Lourdes FÁVERO. *Universidade e poder: análise crítica / fundamentos históricos: 1930-45*. p. 34.

9. Cf. Casemiro dos R. FILHO. Op. cit. p. 196-7.

ditaduras são incompatíveis com os debates e a verdadeira universidade deve ser edificada sobre e a partir do debate livre das idéias.

Até mais ou menos 1960 continuamos com os agrupamentos de escolas e faculdades. Mas as idéias não morrem, apesar de muitos dos seus criadores serem decapitados. Por isso é que renasce com força a idéia de Anísio Teixeira, agora com a liderança de um seu amigo e discípulo, e como a expressão da vontade das bases intelectuais do país: Darcy Ribeiro. Com uma equipe de intelectuais, em moldes novos, exigidos por uma realidade nova, elabora o projeto, convence os governantes e funda a Universidade de Brasília. Era a esperança de uma universidade brasileira, nascida a partir de uma reflexão nacional, sobre os problemas nacionais. Criava-se propriamente uma universidade nova, numa cidade nova — Brasília — em circunstâncias totalmente novas. A idéia tomou corpo e foi bravamente iniciada a sua implantação. Mais uma vez, as forças contrárias à renovação das idéias impedem despoticamente o desenvolvimento da nascente universidade brasileira. Isso ocorre em 1964. A quase totalidade daquela equipe de professores foi afastada de suas funções de refletir, de renovar o saber. Em sua grande maioria, aqueles professores e cientistas emigraram e foram engrandecer o pensamento da humanidade em países estrangeiros, porque, aqui no Brasil, “não havia lugar para eles”.

Em nosso país, mais que nos países latino-americanos colonizados pelos espanhóis, o processo de transplante cultural, ligado sempre aos interesses do colonizador, condicionou as funções das universidades existentes. Sempre importamos técnicas e recursos culturais. Nesses termos, Anísio Teixeira dizia que na

“universidade brasileira, além de preparar profissionais para as carreiras liberais e técnicas que exigem uma formação de nível superior, o que tem havido é uma preocupação muito fluída com a iniciação do estudante na vida intelectual. Daí poder-se afirmar que, ressaltando o aspecto habilitação profissional, a universidade brasileira não logrou constituir-se verdadeiramente como uma instituição de pesquisa e transmissora de uma cultura comum nacional, nem logrou se tornar um centro de consciência crítica e de pensamento criador”,¹⁰

E Darcy Ribeiro constata que a universidade tem-se limitado a ser um órgão de repetição e difusão do saber elaborado em outras reali-

10. Anísio TEIXEIRA. *Educação no Brasil*, p. 235-6.

dades e que muito pouco tem contribuído para uma integração nacional, consequência de uma análise crítica de nossa realidade.¹¹

Percebemos, por conseguinte, que as funções da universidade existente no Brasil, mesmo após a dita independência política, continuam a ser de absorção, aplicação e difusão do saber humano, fruto da atividade intelectual dos grandes centros técnico-científicos das nações desenvolvidas. Nossas escolas universitárias, quando muito, mantêm sua clientela informada dos resultados das investigações feitas sobre problemas de outras realidades e não daqueles emergentes das necessidades e desafios de nossa nação e de nosso povo.

Longe estamos de pensar que o problema da universidade brasileira pode ser refletido à margem do complexo e abrangente sistema educacional como um todo, com suas relações com o sistema político vigente, de orientação explicitamente tecnocrata e voltado para interesses dos grandes capitais internacionais. É esse quadro que determina um segundo ou terceiro plano para a educação nacional. Entretanto, mesmo diante de um quadro tão pouco promissor, constatamos a existência de centros universitários no Brasil que, sem medir esforços, lutam por conquistar a possibilidade de construção de uma personalidade universitária livre e crítica, aliando a ânsia do mais alto nível do saber à efetiva preocupação com os problemas nacionais. Portanto, ainda está viva uma tentativa de gerar, fazer nascer e crescer uma autêntica universidade brasileira. São sinais dessa conquista os esforços que fazem tantos intelectuais, dentro e fora do Brasil, de mostrar a realidade em que se move a Nação; de propor um abrir de olhos aos responsáveis pelos seus destinos. Por outro lado, as camadas sociais se manifestam, os estudantes tentam se agrupar para pensar o que fazer, discutir o seu papel, descobrir o seu caminho, criar uma forma de atuação e interferência nos nossos destinos. É nestes termos que escutamos com esperança certos anúncios proféticos como, por exemplo, este da Conferência Episcopal Latino-Americana — CELAM:

"estamos com uma educação uniforme em um momento em que a comunidade latino-americana despertou para a riqueza de seu pluralismo humano; passiva, quando já soou a hora para nossos povos

11. Convém ler o livro de: Darcy RIBEIRO. *A universidade necessária*.

de descobrirem seu próprio ser, pleno de originalidade; está orientada no sentido de sustentar uma economia baseada na ânsia do "ter mais", quando a juventude latino-americana exige "ser mais", na posse de sua auto-realização pelo serviço e no amor. Em especial a formação de nível médio e superior sacrifica com frequência a profundidade humana em nome do pragmatismo e do imediatismo para ajustar-se às exigências do mercado de trabalho. Este tipo de educação é responsável pela colocação do homem a serviço da economia e não desta a serviço do homem".¹²

As bases universitárias, insatisfeitas com as tomadas de posição e com as decisões autoritárias, a exemplo da lei 5.540-68 (Lei da Reforma Universitária), cujos efeitos, hoje, são nada animadores, mantêm acesa a esperança de que seja revitalizado o processo de transformação da universidade brasileira, ao lado do sistema educacional, ao tempo em que estuda para descobrir como interferir nos rumos da educação nacional.

É, então, na perspectiva de participar e interferir que a universidade é, urgentemente, chamada a abandonar seu papel tradicional de receptora e transmissora de uma cultura técnico-científica importada, com o rótulo de "desinteressada", e assumir a luta pela conquista de uma cultura, um saber comprometido com os interesses nacionais. Ela é chamada a assumir a formação de uma personalidade brasileira em diálogo, de igual para igual, com os demais centros do saber e da cultura, sem perder de vista que nós temos de reelaborar o

"saber da humanidade em função de nossos problemas específicos, o primeiro dos quais é a busca de nossa identidade e autonomia culturais".¹³

Desse rápido mergulho na história da universidade podemos, em síntese, destacar alguns sinais da universidade que queremos: da Antiguidade Clássica, a comunidade de discípulos que, ouvindo e refletindo, tentava, ao redor de seu mestre, conservar e transmitir a

12. CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO — CELAM. Conclusões de Medellín sobre educação, *Cadernos da AEC do Brasil* — Documentos da Igreja sobre educação: AEC do BRASIL, Rio de Janeiro, 1978. p. 43.

13. Casemiro dos R. FILHO. Op. cit. p. 200-1. Em vista de aprofundar toda uma análise da perspectiva da universidade latino-americana e em particular a brasileira, sugerimos a leitura de: Darcy RIBEIRO. Op. cit. ID., *UnB: invenção e descaminho*; Florestan FERNANDES. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução*.

cultura, os saberes e encaminhar cada um dos seus membros a tornar-se especialistas; da Idade Média, a universidade como órgão de elaboração do pensamento da época, identificada com sua cultura, centro de debates e discussões e a exigência de seriedade, rigor e lógica na demonstração das verdades; da universidade alemã, o seu entendimento como centro de pesquisa; de Newman, a dimensão de criação e difusão do saber e da cultura. Essas são manifestações efetivas do “fazer universidade” que a história registra. Faz-se necessário, no entanto, ressaltar que elas são fruto de um processo dialético: na Idade Média, por exemplo, se surgiu a universidade do debate, cria-se a vigilância da ortodoxia na produção intelectual. Saindo do clima de debates, a universidade assume, com a Renascença, uma postura de guardiã e defensora das verdades definidas e estáticas, para depois perceber que o conhecimento só evolui se é passível de crise, de questionamento.

Entre nós, no Brasil, o processo de nossa universidade não tem sido diferente: os primeiros sinais da instituição da universidade brasileira aparecem com a marca européia da universidade napoleônica: são vários cursos profissionalizantes em instituições isoladas de nível superior. Na década de trinta nasce, com Anísio Teixeira, a idéia de uma universidade centro livre de debate das idéias, que é sepultada pelo Estado Novo. Novamente idéias tomam corpo e ressurgem esperanças de uma universidade nova, livre, criadora, incarnada e crítica, a Universidade de Brasília, bloqueada bruscamente pelo movimento de 1964, com seu característico patrulhamento ideológico.

Todos esses passos e crises do processo deixam evidente que idéias não morrem e que, dialeticamente, o homem inteligente sempre soube construir o novo com as lições incorporadas das refletidas experiências do passado.

É com essa fé que vemos renascer sinais de uma universidade brasileira que quer descobrir-se universidade, para poder conhecer cientificamente a nossa realidade, refletir, analisar, criar proposições novas, sugerir e avaliar; não mais apenas repetir e importar; universidade voltada para o homem e não a exclusivo serviço da economia polarizada pelo lucro, desvinculada do sentido do homem, escravizada à tecnocracia. Na expectativa, enfim, de criar um clima de reflexão,

de esperança, luta e transformação na história da universidade, pela qual somos co-responsáveis, é que lançamos os olhos sobre a universidade que temos e a denunciemos, enquanto abrimos os olhos para a universidade que almejamos e nos propomos a conquistar, construir.

2. A universidade que não queremos

Não queremos uma universidade-escola, em que se faça tão somente ensino, onde não exista efetivamente campo, abertura e infra-estrutura que permitam e incentivem a pesquisa. Uma universidade sem pesquisa não deve, rigorosamente, ser chamada de universidade.

O ensino repetitivo é, geralmente, verbalístico, livresco e desvinculado da realidade concreta em que estamos. As aulas são constituídas por falações do professor e audições dos alunos, normalmente desmotivados. O aprendizado é medido pelo volume de “conhecimentos”, informações memorizadas e facilmente repetidas nas provas, nunca refletidas ou analisadas.

Rejeitamos um modelo de universidade que não exercita a criatividade, não identifica nem analisa problemas concretos a serem estudados, que não incentiva o hábito do estudo crítico. Estudar, nesse modelo, é, simplesmente, ler matéria a fim de se preparar para fazer provas, e todo um processo de crescimento intelectual e aprofundamento, em determinada área ou disciplina, fica encerrado com o anúncio da nota ou conceito obtido na prova. O melhor professor é aquele que traz maior número de informações, erudições; o melhor aluno é o que mais fielmente repete o professor e seus eventuais textos nas provas.

Não queremos uma universidade desvinculada, alheia à realidade onde está plantada, simplesmente como uma parasita ou um quisto. Ser alheia, desvinculada ou descomprometida com a realidade é sinônimo de fazer coisas, executar ensino, onde o conteúdo como a forma não dizem respeito a um espaço geográfico e a um momento histórico concretos. Em outros termos, é verbalizar “conhecimentos”, “erudições” sem uma paralela visão do contexto social, real e concreto. É vociferar indistintamente as mesmas coisas ditas na França, Estados Unidos, URSS, Japão etc., sem levar em conta, criticamente, a heterogeneidade de lugar, de cultura, de tempo e das reais necessi-

dades do aqui e do agora. Verdades estudadas há dez, cinco anos passados podem até continuar válidas, hoje, mas o jeito de estudá-las, de percebê-las é necessariamente novo, porque em dez, cinco, um ano, a realidade muda. Sacralizar verdades, conteúdos e formas é implicitamente apregoar uma mentalidade estática, avessa às modificações, dócil ao *status quo*, bloqueadora de qualquer crise, portanto, contrária ao crescimento, à evolução no sentido de construir um mundo onde o homem seja mais homem, sujeito de um processo e construtor de sua história.

Não queremos uma universidade na qual o professor aparece como o único sujeito, o *magister*, o mestre que fala, diz verdades já prontas, estruturadas, indiscutivelmente certas e detém os critérios incontestáveis do certo e do errado. O aluno é o ouvinte, o receptor passivo do que é emitido pelo professor-mestre; sua função é, portanto, de ouvir, aprender, isto é, memorizar e repetir bem o que lhe é transmitido. Trata-se de uma função nitidamente objetificante, porque resta ao aluno-objeto pouca ou nenhuma possibilidade de criação, de argumentação, a não ser aquela ditada pelo professor.

Percebemos que esse clima de estudo é objetificante e orientado para uma simples repetição cultural, reprodução de idéias sem qualquer força de criação contínua, de produção nova, uma vez que se bloqueia a fecundidade e o exercício da crítica.

Não queremos uma universidade onde a direção-administração — integrante fundamental do conjunto, mas nunca a definição última da universidade — surja a partir de organismos e razões outros que não os eminentemente pedagógicos e didáticos, indicada pura e simplesmente pelos donos do poder político e econômico sem a interferência de sua célula básica — aluno e professor — e aja como se fosse senhora de tudo, o centro da sabedoria e das decisões, à revelia do corpo de professores e alunos.

Em síntese, não queremos uma universidade originada da imposição e meramente discursiva.

3. A universidade que queremos

Queremos construir uma universidade, não uma simples escola de nível superior. Presumimos que, nessa universidade, todo o seu corpo seja constituído por pessoas adultas: todos já sabem muitas

coisas a respeito de muitas coisas; portanto, por pessoas capazes de refletir e abertas à reflexão, ao intercâmbio das idéias, à participação em iniciativas construtivas. Nestes termos, todo o corpo universitário, professores — alunos — administração, precisa comprometer-se com a reflexão, criando-a, provocando-a, permitindo-a e lutando continuamente para conquistar espaços de liberdade que assegurem a reflexão. Sem um mínimo de clima de liberdade, é impossível uma universidade centro de reflexão crítica.

Nesse centro buscaremos o máximo possível de informações a todos os níveis, a fim de que a realidade seja percebida, questionada, avaliada, estudada e entendida em todos os seus ângulos e relações, com rigor, para que possa ser continuamente transformada. Buscaremos, ainda, estabelecer uma mentalidade criativa, comprometida exclusivamente com a busca cada vez mais séria da verdade, através do exercício da assimilação — não simples deglutição — da comparação, da análise, da avaliação das proposições e dos conhecimentos.

A pesquisa será, em conseqüência, a atividade fundamental desse centro. Todas as demais atividades tomarão significado só na medida em que concorram para proporcionar a pesquisa, a investigação crítica, o trabalho criativo no sentido de aumentar o cabedal cognitivo da humanidade. Uma universidade que se propõe a ser crítica e aberta não tem o direito de estratificar, absolutizar qualquer conhecimento como um valor em si; ao contrário, reconhece que toda conquista do pensamento do homem passa a ser relativa, na medida em que se espacia-temporaliza. Há sempre a necessidade de um entendimento novo.

Por conseguinte, formando profissionais de alto nível tecnológico e fazendo ciência, a universidade deve ser o lugar por excelência do cultivo do espírito, do saber, e onde se desenvolvem as mais altas formas da cultura e da reflexão. A universidade que não toma a si esta tarefa de refletir criticamente e de maneira continuada sobre o momento histórico em que ela vive, sobre o projeto de sua comunidade, não está realizando sua essência, sua característica que a especifica como tal crítica. Isto nos quer dizer que a universidade é, por excelência, razão concretizada, inteligência institucionalizada, daí ser, por natureza, crítica, porque a razão é eminentemente crítica. Se entendemos a função específica da universidade como desenvol-

vimento da dimensão de racionalidade, poderemos visualizar o processar-se dessa mesma racionalidade em dois momentos complementares: primeiro, a racionalidade instrumental-crítica, porque tem a universidade a responsabilidade de formar os quadros superiores exigidos pelo desenvolvimento do país; segundo, a racionalidade crítico-criadora, porque sua missão não se esgota na mera transmissão do que já está sabido, ela deve fazer avançar o saber. Criadora e crítica, porque além de tomar consciência continuamente do que faz, deve se colocar num processo permanente de revisão de suas próprias categorias, porque isso marca a historicidade crítica de uma instituição humana; criadora e crítica, porque específico da universidade é o esforço de ser e desenvolver nos seus membros a dimensão de uma consciência crítica, ou seja, aquele potencial humano racional constantemente ativo na leitura dos acontecimentos da realidade, para ver, para analisar, comparar, julgar, discernir e, finalmente, propor perspectivas racionais de ação, em acordo sempre com as exigências do homem que aspira a *ser mais*, dentro do processo histórico. Para ser consciência crítica, portanto, a universidade deve estar continuamente em interação com a sociedade, a realidade que a gera e sustenta.¹⁴

Como essas pretensões, queremos construir uma universidade plantada numa realidade concreta, na qual terá suas raízes, para que possa criticamente identificar e estudar seus reais e significativos problemas e desafios.

Queremos uma universidade onde se torne possível e habitual trabalhar, refletir a nossa realidade histórico-geográfica nos seus níveis social, político, econômico e cultural, desde a esfera mais próxima, o município, a micro-região, o Estado, a região, o país, até as esferas mais remotas, o continente latino-americano, o terceiro mundo, o planeta. Estar atentos para os desafios dessa nossa realidade e estudá-los é a grande tarefa do corpo universitário.

Queremos, enfim, uma universidade “consciência crítica da sociedade”, ou seja, um corpo responsável por indagar, questionar, investigar, debater, discernir, propor caminhos de soluções, avaliar,

14. Essa temática foi objeto da Aula Inaugural da Universidade de Feira de Santana, por ocasião da abertura do ano acadêmico de 1978, dia 10 de março, proferida pelo Prof. Newton Sucupira. Na mesma perspectiva convém ler ainda: Délcio Vieira SALOMON. *Como fazer uma monografia*, p. 12-5.

na medida em que exercita as funções de criação, conservação e transmissão da cultura. A universidade, entretanto, só poderá desempenhar tais funções quando for capaz de formar especialistas para os quadros dirigentes da própria universidade, do município, do Estado, da nação, com aguda consciência de nossa realidade social, política, econômica e cultural e equipada com adequado instrumental científico e técnico que, permitindo ampliar o poder do homem sobre a natureza, ponha a serviço da realização de cada pessoa as conquistas do saber humano. Propondo-se a formar cientistas, profissionais do saber, a universidade ajuda a sociedade na busca de encontrar os instrumentos intelectuais que, dando ao homem consciência de suas necessidades, lhe possibilitam escolher meios de superação das estruturas que o oprimem. Podíamos sintetizar as funções da universidade no esforço para imprimir eficácia na ação transformadora do homem sobre si mesmo e sobre as instituições que historicamente criou.¹⁵

Queremos produzir conhecimento a partir de uma realidade vivida e não de critérios estereotipados e pré-definidos por situações culturais distantes e alheias às que temos aqui e agora. Nesse contexto a validade de qualquer conhecimento será mensurada na proporção em que este possa, ou não, fazer entender melhor e mais profundamente a realidade concreta.

Queremos uma universidade em contínuo fazer-se. Não imaginamos um modelo definitivo de universidade, mas pretendemos achar, inventar, conquistar nosso modelo, na medida em que a estivermos construindo. Nesses termos, queremos criar um interrelacionamento professor-aluno, fundamentado no princípio do incentivo à criatividade, à crítica, ao debate, ao estudo e, com isso, marcando a corresponsabilidade na condução do próprio processo. Trata-se, portanto, de criar uma relação entre dois sujeitos empenhados em edificar a reflexão crítica: de um lado o professor, sujeito de criação, coordenação, proposição de estudos, questionamentos e debates; de outro, o aluno, sujeito — nunca objeto — de seu aprendizado, exercitando e desenvolvendo seu potencial crítico, através de um esforço inteligente de assimilação, de criação, de questionamento.

Para que um tal clima se faça, é obviamente necessário que o professor esteja sempre bem informado da realidade como um todo, e de sua área de especialização em particular, através do

15. Casemiro dos R. FILHO. Op. cit. p. 208.

estudo e pesquisa, a fim de que possa proporcionar a seus alunos temas de reflexão concretos, problemas e fontes de estudos, proposições criativas e originais, decorrentes da incessante observação crítica da realidade. Ocasionalmente o desenvolvimento do potencial de reflexão crítica dos alunos, o professor se torna um motivador do saber. Dessa forma não se trata mais de uma universidade em que um sabe e muitos não sabem, mas em que muitos sabem algo e querem saber muito mais. Enfim, uma universidade onde, além de se consumir conhecimento, professor e aluno optaram por criá-lo e produzi-lo. É nesse sentido que o CELAM se expressa:

“o educando é o primeiro agente do processo educativo, é ele quem se educa a si mesmo; ao educador compete apenas estimular e ordenar inteligentemente esse processo, de maneira que não seja anulada a espontaneidade e criatividade do educando; pelo contrário, deve chegar a expressar em forma autenticamente pessoal o seu conteúdo”.¹⁶

Enfim, cabe ao professor-educador descobrir, efetivamente, como ser *sujeito* em diálogo com a realidade, com o aluno; ao aluno, fazer-se *sujeito* em diálogo com o professor, com os demais companheiros, com a realidade social, política, econômica e cultural, para que nessa busca de interação seja construída a universidade, que jamais poderá existir sem professor e aluno voltados para a criação e construção do saber engajado, por isso transformador.

Queremos uma universidade democrática e voltada inteiramente para as lutas democráticas. O corpo universitário, professor-aluno e administração, necessita de espaço para assumir, cada um a seu nível, a responsabilidade pelo todo. É nesses termos que pretendemos um corpo universitário que lute para eleger seus diretores a partir de critérios que correspondam aos objetivos da Universidade. Um corpo universitário não mais deve presenciar passivamente a nomeação de dirigentes universitários estribada em critérios antidemocráticos de simpatia, servilismo e subserviência ao poder dominante, político ou econômico.

Queremos, enfim, uma universidade onde possamos lutar para conquistar espaços de liberdade. Enquanto pensamos livremente, questionamos livremente, propomos livremente e livremente avaliamos a nossa responsabilidade.

16. CELAM. Op. cit. p. 49.